

**Imprensa Incra Bahia** <[imprensa.ba@incra.gov.br](mailto:imprensa.ba@incra.gov.br)>

Nota enviada em 27 de julho 2023

Informamos que o Território Quilombola Buri teve o seu Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) publicado em novembro de 2017. A comunidade está situada no município de Maragogipe, na região do Recôncavo.

Em 2020, o processo de regularização fundiária do território foi contestado pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, que se manifestou contrária a regularização do território. Foi alegado que a área é de interesse estratégico da Marinha.

No período de elaboração do RITD foram cadastradas 38 famílias. O próprio Relatório Antropológico do Buri constata que havia um único quilombola, que habita a velha casa do fazendeiro.

De acordo com o relatório, as famílias remanescentes de quilombo se deslocam até o território para cuidar de suas roças, passam dois ou três dias e retornam ao povoado de São Roque. Isso se deve ao fato de a área não possuir energia elétrica, água encanada e nem saneamento básico.

O Relatório Antropológico identifica que a Fazenda Buri tinha um passado ligado à extração da piaçava e do dendê. O antigo proprietário contratava trabalhadores, mas não os permitia fazerem casas e nem roças. Com sua morte e o abandono da fazenda pela família, em torno dos anos de 1970, conforme relato dos quilombolas, eles passaram a ocupar o imóvel rural para fazerem pequenas roças e continuavam indo lá, como era habitual, para pesca e mariscagem.

O relatório se baseou na constatação histórica de que a ancestralidade das famílias negras escravas do Recôncavo da Bahia se baseia na mobilidade entre as fazendas como projeto de liberdade. Eles buscavam fugir dos maus tratos de alguns fazendeiros e encontrando acolhida entre outros. Dessa forma, conseguiam algum grau de autonomia e podiam cultivar pequenas roças para o sustento das famílias.

--

Nota enviada em 06 de outubro 2023

Entre os anos de 2018 e 2022, o Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas do Incra na Bahia enfrentou restrições orçamentárias e financeiras, em função da gestão da política nacional relacionada ao tema.

Em específico sobre o Território Quilombola Buri – localizado no município de Maragogipe, na região do Recôncavo –, o setor finalizou a parte de contestação que envolve o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), publicado em novembro de 2017.

Por determinação do [Decreto nº 4.887/2003](#), compete ao Incra promover a titulação de territórios quilombolas na esfera federal, sem prejuízo da competência concorrente dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

O Incra titula os territórios localizados em áreas públicas federais ou particulares, mediante desapropriação, nesse último caso. A Secretaria de Patrimônio da União (SPU) também é responsável por expedir documento de titulação em áreas federais de sua gestão, a partir da identificação realizada pelo instituto.

A confecção do RTID é a fase inicial do processo de titulação de territórios quilombolas realizado pelo Incra. A elaboração do documento engloba o levantamento de informações cartográficas, fundiárias, agrônômicas, socioeconômicas, ambientais, históricas, etnográficas e antropológicas, obtidas em campo, com a comunidade e com outras instituições públicas e privadas.

No caso do Território Quilombola Buri, houve o cadastramento de 38 famílias. Por conta da inexistência de energia elétrica, água encanada e saneamento básico no local, apenas um morador vive ali, na casa antigo dono da fazenda. As famílias geralmente ficam no povoado de São Roque e se deslocam até a comunidade para permanecer por dois ou três dias, trabalhando em suas roças.

O RTID apontou que a ancestralidade das famílias negras escravas do Recôncavo baiano se baseia na mobilidade entre as fazendas, como projeto de liberdade. Eles fugiam dos maus tratos de alguns fazendeiros e encontrando acolhida entre outros. Dessa forma, conseguiam algum grau de autonomia e podiam cultivar pequenas roças para o sustento das famílias.

Atualmente, o Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas do Incra na Bahia elabora um parecer sobre etapas já finalizadas do processo de regularização fundiária.

As fases do trabalho de regularização dessas áreas realizado pelo Incra estão resumidas no seguinte quadro:

